

responder interinamente como Agente Administrativo da Gerência de Administração e Planejamento, exercendo cumulativamente as atribuições de Agente de Contratação e Agente Administrativo, até a nomeação de empregado público para ocupação do cargo.

**Art. 2º.** Pela acumulação dos cargos descritos no artigo anterior, não decorrerá à nomeada direito de acréscimo aos seus vencimentos, continuando a receber como Agente de Contratação.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Afonso Cláudio - ES, 05 de janeiro de 2026.

\_\_\_\_\_  
LASTÊNIO LUIZ CARDOSO

**Presidente do CIM GUANDU**

**Protocolo 1704802**

## **PORTARIA CIM GUANDU Nº002/2026**

### **CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Guandu (CIM GUANDU), no uso de suas atribuições, com poderes que lhe conferem a Cláusula Décima Segunda, § 1º, Inciso VII do Contrato de Consórcio Público.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder férias a empregada pública **LIVIA PIRES MARTINS KAIQUE**, matrícula funcional Nº20, no período de **12/01/2026 à 26/01/2026**, referente ao período aquisitivo de 18/05/2024 à 17/05/2025.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Afonso Cláudio/ES, 09 de janeiro de 2026.

\_\_\_\_\_  
LASTÊNIO LUIZ CARDOSO  
**Presidente do CIM GUANDU**

**Protocolo 1704860**

## **PORTARIA CIM GUANDU Nº002/2026**

### **NOMEIA EMPREGADA PÚBLICA PARA RESPONDER COMO GERENTE DE MEIO AMBIENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO GUANDU (CIM GUANDU), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Guandu, no uso de suas atribuições, com poderes que lhe conferem a Cláusula Décima Segunda, § 1º, Inciso VII do Contrato de Consórcio Público.

**Considerando** a concessão de férias à empregada pública Livia Pires Martins Kaique.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear a empregada pública **VALÉRIA HOLLUNDER KLIPPEL**, matrícula funcional Nº36, para o exercer o Cargo de Confiança de Gerente de Meio Ambiente, no período de **12/01/2026 à 26/01/2026**, em substituição a empregada pública **LIVIA PIRES MARTINS KAIQUE**, matrícula funcional Nº20, em razão de gozo de férias no período acima descrito, passando a mesma a receber os vencimentos com base no Cargo para o qual foi nomeada no período.

**Art. 2º** - Nos contratos em que a empregada pública **LIVIA PIRES MARTINS KAIQUE** foi nomeada como gestor e fiscal de contrato, fica também nomeada em substituição a empregada pública **VALÉRIA HOLLUNDER KLIPPEL** para atuar nas funções, fazendo jus ao recebimento de gratificação quando da atuação nas funções.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Afonso Cláudio/ES, 09 de janeiro de 2026.

\_\_\_\_\_  
LASTÊNIO LUIZ CARDOSO  
**Presidente do CIM GUANDU**

**Protocolo 1704871**

## **Consórcio Público PRODORTE**

### **Resolução**

#### **RESOLUÇÃO Nº 001, DE 09 DE JANEIRO DE 2026**

Dispõe sobre a concessão de abono salarial aos servidores do Consórcio Público PRODORTE.

O Presidente do Consórcio Público Prodorte, Marcos Antônio Guerra Wandermurem, com poderes que lhe confere o artigo 44, inciso IV do Estatuto de Consórcio Público;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que regulamenta a Lei nº 11.107/2005;

**CONSIDERANDO** as disposições do Contrato de Consórcio/Estatuto/Regimento Interno do Consórcio Público PRODORTE;

**CONSIDERANDO** a deliberação favorável da Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Público PRODORTE, realizada em 31 de dezembro de 2025, que autorizou a concessão de abono salarial aos servidores;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica concedido, a título de abono salarial, o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) aos servidores do Consórcio Público PRODORTE.

**Art. 2º** O abono salarial de que trata esta Resolução